



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE RESOLUÇÃO 7/2025

INSTITUI O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ - MS.

O Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos Arts. 63 e 67 da Lei Orgânica de Corumbá-MS, combinado com o Art. 137, § 1º, alínea h, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Corumbá-MS, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte R E S O L U Ç Ã O

Art. 1º O auxílio-alimentação será concedido aos servidores, efetivos e comissionados do quadro da Câmara Municipal de Corumbá - MS.

Parágrafo único. O auxílio-alimentação destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo-lhes pago mediante depósito em conta corrente.

Art. 2º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia e terá caráter indenizatório.

Art. 3º O valor mensal do auxílio-alimentação será de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Art. 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos da Câmara Municipal, que deverá incluir na proposta orçamentária anual os recursos necessários à manutenção.

Art. 5º O auxílio-alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para a previdência;

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura ;

IV - acumulável com outros de espécie semelhante, tais como cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

Art. 6º O auxílio-alimentação não será concedido ao servidor afastado nas seguintes hipóteses:

I - falta injustificada;

II - licença para desempenho de mandato classista;

III - licença para o serviço militar;

IV - licença para atividade política;

V - licença para tratar de interesses particulares;

VI - licença para acompanhar cônjuge ou companheiro, sem remuneração;

VII - exercício de mandato eletivo;

VIII - afastamento preventivo, em processo administrativo disciplinar;

IX - afastamento decorrente de aplicação de penalidade em sindicância ou processo disciplinar.

Art. 7º A participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, congressos, conferências, ou outros eventos de igual natureza, sem deslocamento da sede, não produzem descontos no auxílio-alimentação.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Corumbá.

Art. 9º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias na rubrica correspondente a indenizações e restituições.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CORUMBA/MS, 02 de Setembro de 2025

Ubiratan Canhete de Campos
Filho (BIRA)
Presidente(a)

Yussef El Salla
Vereador(a)

Alexandre do Carmo Taques
Vasconcellos
Vereador(a)

Genilson José da Silva
Vereador(a)

Matheus Cazarin
Vereador(a)

